



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

ACEITO EM / /2023	ATA	PROJETO DE LEI nº <u>120</u> /2023	25 /10/2023
APROVADO EM / /2023			Protocolo nº <u>4219</u> /2023
REJEITADO EM / /2023			
ARQUIVO			

Inclui como condição às empresas contratadas pelo Poder Público para prestação de serviços que utilizem veículos automotores ou equipamentos automotores, para essa finalidade, e que sejam remuneradas por quilômetro rodado, por hora trabalhada ou por roteiro pré-determinado ou estimado a instalar, nesses veículos ou equipamentos, dispositivo de rastreamento e monitoramento via satélite e dá outras providências.

**Art. 1º** Ficam as empresas contratadas pelo Poder Público para prestação de serviços que utilizem veículos automotores ou equipamentos automotores, para essa finalidade, e que sejam remuneradas por quilômetro rodado, por hora trabalhada ou por roteiro pré-determinado ou estimado obrigadas a instalar, nesses veículos ou equipamentos, dispositivo de rastreamento e monitoramento via satélite.

**§ 1º** As informações sobre o caminho percorrido pelo veículo ou equipamento, com detalhamento de paradas e de cada localização, deverão ser registradas pelo dispositivo referido no *caput* deste artigo, no máximo, a cada 10 (dez) minutos.

**§ 2º** O dispositivo referido no *caput* deste artigo deverá ser homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

**Art. 2º** O relatório com as informações referidas no § 1º do art. 1º desta Lei servirá de base para a comprovação do serviço prestado a cada quinzena ou mês.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**Art. 3º** Esta Lei aplica-se aos editais publicados após a sua entrada em vigor.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificativa:** em plenário.

Rio Grande, 18 de outubro de 2023.

RAFAEL MISSIUNAS  
Vereador do PT



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**JUSTIFICATIVA**

As tecnologias disponíveis, amplamente utilizadas pela iniciativa privada, devem ser incorporadas também pelo setor público. Assim, este Projeto de Lei propõe que as empresas contratadas pelo Poder Público para a prestação de serviços que utilizem veículos automotores ou equipamentos automotores, para essa finalidade, e que sejam remuneradas por quilômetro rodado, por hora trabalhada ou por roteiro pré-determinado ou estimado instalem, nesses veículos, dispositivo de rastreamento e monitoramento via satélite.

Este dispositivo de rastreamento é um instrumento de controle daqueles veículos e equipamentos, o que atenderá aos princípios constitucionais da eficiência, da moralidade e da finalidade, uma vez que aperfeiçoará a gestão dos serviços contratados dando maior transparência aos valores pagos para a prestação destes serviços.

Dessa forma, com o conhecimento dos dados que o Projeto de Lei introduz, será possível o aprimoramento dos serviços contratados, que poderá gerar economia aos cofres públicos.